

O direito de desistência de cargo público como fundamento para a recondução dos servidores públicos

 rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/187



Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI - Thomson Reuters do Brasil
- Revista dos Tribunais RT ; ISSN 2526-8120; doi.org/10.48143/rdai; 10.48143; artigos;
Investigação; ciência; teoria; pesquisa; memória; entrevista; tradução; Direito; Jurídica;
Eletrônica; Digital; 0000-0001-8891-7080; 0000-0002-4161-9390; 0000-0003-1781-
1726

1. [Início /](#)
2. [Arquivos /](#)
3. [v. 3 n. 10 \(2019\) /](#)
4. Artigos

The right of giving up from a public position as a base for public servants' reassignment

Alex Cavalcante Alves Universidade de Harvard (Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos)

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai/10.aca>

Palavras-chave: Direito administrativo, Administração pública, Regime jurídico dos servidores públicos federais (Lei 8 - 112/1990), Direito de desistência de exercer cargo público, Recondução

Resumo

A recondução, que consiste no retorno do servidor público estável ao cargo anteriormente ocupado, em razão da reintegração do anterior ocupante ou de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo, reveste-se de grande complexidade quando em sua aplicação prática nas repartições públicas. Por sua vez, a recondução de servidor federal em razão da desistência de exercer novo cargo é, entre os temas específicos no âmbito da recondução, um dos que mais controvérsia têm gerado ao longo do tempo, diante de interpretação draconiana do instituto que foi utilizada por diversos anos. O presente artigo pretende tratar tanto da evolução

administrativa quanto da jurisprudencial que levaram à construção da interpretação atual sobre a recondução de servidor federal por desistência de exercer o novo cargo público no qual o servidor ingressou.

Downloads

Não há dados estatísticos.

Biografia do Autor

Alex Cavalcante Alves, Universidade de Harvard (Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos)

Especialista em Direito Público. Bacharel em Direito e em Comunicação Social pelo Centro Universitário de Brasília, com aperfeiçoamento em Management in the Public Sector pela École Nationale d'Administration (ENA), em Paris, na França, e em Negotiation and Leadership pelo Program on Negotiation at Harvard Law School, em Cambridge-MA, nos Estados Unidos. É autor de livros jurídicos e Coordenador Nacional do Movimento Gestão Pública Eficiente (MGPE). Superintendente de Recursos Humanos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Professor de Administração Pública do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).
alex.cavalcante@gmail.com

Referências

ALVES, Alex Cavalcante. A recondução do servidor público: doutrina e jurisprudência à luz da Lei 8.112/1990 (LGL199046) e da Constituição Federal. Salto (SP): Schoba, 2015.

BABILÔNIA. Paulo Álvares. As causas de vacância do cargo público e o direito de recondução do servidor público. Revista da AGU, Brasília, ano VII, n. 17, p. 207-226, jul.-set. 2008.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 29. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DINIZ, Paulo de Matos Ferreira. Lei 8.112/90 (LGL199046) comentada: regime jurídico dos servidores públicos civis da União e legislação complementar. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009.

EMILIANO, Eurípedes de Oliveira. Breves notas sobre o instituto da recondução. Conteúdo Jurídico, Brasília, 07.07.2013. Disponível em: [www.conteudojuridico.com.br]. Acesso em: 10.06.2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. In: ALEIXO, Délcio Balestero; BURLE FILHO, José Emmanuel (Atual.). Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

ISSN 2526-8120

10 | RDAI

julho / setembro 2019

REVISTA DE

DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA

Journal of Public Law and Infrastructure

Publicado

2019-09-30

Como Citar

1.

Alves A. O direito de desistência de cargo público como fundamento para a recondução dos servidores públicos. RDAI [Internet]. 30set.2019 [citado 14dez.2020];3(10):89 - 102. Available from: <https://rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/187>

Edição

v. 3 n. 10 (2019)

Seção

Artigos

A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio) e cumpre com o Guia dos Editores da *COPE - Committee on Publication Ethics*, além das recomendações Elsevier e SciELO. Confira as Regras para a submissão e avaliação da RDAI.